

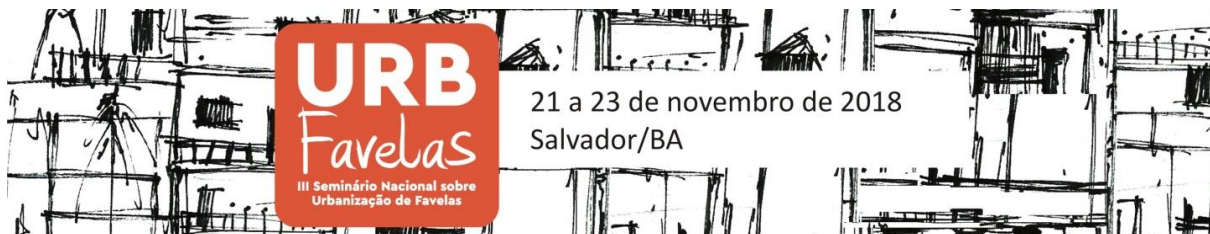


III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS
HABITACIONAIS: PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS PARCIAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe (Universidade Estadual do Maranhão - UEMA) -
andrea.duailibe@gmail.com
Professora mestre em Arquitetura e Urbanismo

Lorena Gaspar Santos (Universidade Estadual do Maranhão - UEMA) - lorenagspr@gmail.com
Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo



REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS: PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS PARCIAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA.

RESUMO:

O presente artigo explora aspectos relacionados ao processo de urbanização das áreas periféricas, incluindo as favelas e referidos conjuntos habitacionais marginalizados, com ênfase na vitalidade urbana e no papel do interesse social no ambiente construído. Para desenvolvimento, foi tomado por base a construção do conhecimento teórico e análise de dois estudos de caso, ainda em andamento, o núcleo germinal do município de Paço do Lumiar, no Maranhão e a área de proteção ambiental Pró-Verde, localizada no bairro Maiobão, também em Paço do Lumiar. A pesquisa se insere no aprimoramento dos contextos acadêmicos e ateliê de projeto, com vistas a atender à uma demanda de cooperação técnica existente entre o município e a universidade. O artigo busca compreender o processo social de inclusão do fenômeno da peregrinação como elemento compositivo na produção dos espaços da cidade, além da análise estrutural destas áreas subnormais, estabelecendo um contraponto entre as dinâmicas urbanas e os diferentes fatores que condicionam o desenvolvimento e o planejamento da cidade, com foco na vitalidade urbana e melhoria dos ambientes periféricos como forma de construção da identidade e memória local.

Palavras-chave: Vitalidade urbana. Urbanização. Assentamentos urbanos.

ST – “(1)”: “Projeto, processo, superação de limitações.”



1. INTRODUÇÃO

O artigo que se segue trata do processo de urbanização em assentamentos urbanos e das estratégias de superação das limitações, no quesito oferta de equipamentos sociais como parte do contexto das dinâmicas do ambiente construído da cidade, a partir de uma abordagem que vem sendo explorada em trabalhos de pesquisa e extensão que seguem essa linha de pensamento, no âmbito do Laboratório da Habitação e Inovação da Universidade Estadual do Maranhão.

O tema da urbanização compõe parte desta ampla discussão, e neste sentido, a relevância do presente artigo está no propósito de contribuir para as áreas de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo, com ênfase no processo de produção de projeto da moradia na medida em que expõe o resultado de estratégias com foco na vitalidade urbana. A abordagem consiste em ateliê de projeto e se remete ao método dialético de ensino-aprendizagem, um eixo tripartite, em que se tem: (I) mobilização para o conhecimento; (II) construção do conhecimento; (III) elaboração da síntese do conhecimento.

O artigo encontra-se estruturado em seis capítulos e segue um roteiro em que são analisados a: I. Construção metodológica face a objeto de estudo; II. A sub-normalidade imposta: disfunções na legalidade; III. Limites e oportunidades para novos modelos; IV. Contexto de implantação de conjuntos habitacionais a partir de estudos de caso em assentamentos na região metropolitana de São Luís; V. Favelas e conjuntos habitacionais periféricos: o interesse social presente em recortes de estudo; e VI. Considerações finais.

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento de modo que não se pretende encerrar o assunto, mas expor os resultados parciais obtidos até o presente momento. A expectativa de finalização das análises são proposições de intervenção em áreas urbanas fragilizadas e/ou que possuem problemáticas acerca do interesse social, caracterizadas pela sub-normalidade e desconexão com a cidade.



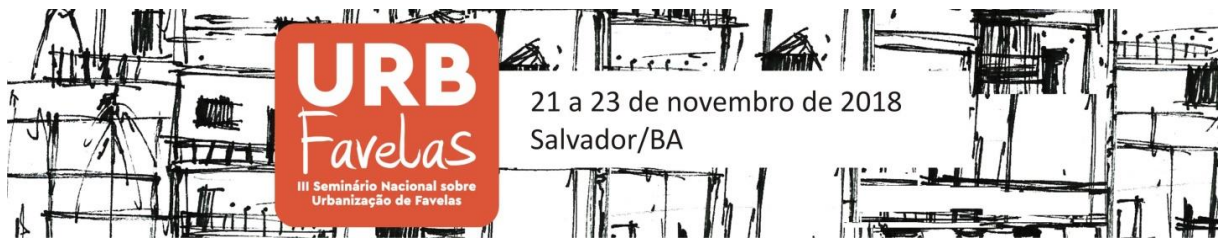
2. CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA FACE AO OBJETO DE ESTUDO

Do ponto de vista do método, em especial, o quesito pedagógico recebe especial atenção, na medida em que a abordagem de ateliê de projeto vem sendo adotada no âmbito do Laboratório de Habitação e Inovação da Universidade Estadual do Maranhão, de modo que o conteúdo programático e as atividades de duas disciplinas recebem um tratamento diferenciado dos métodos convencionais de ensino-aprendizado.

O procedimento metodológico se estrutura de forma a instigar o processo participativo e inclusivo dos alunos-pesquisadores em problemas por eles identificados, estimular a aceitação das inquietações como prováveis hipóteses a serem testadas, além de tirar partido das provocações que confrontam teorias dogmáticas frente aos experimentos empíricos. Nesse sentido, uma reflexão sobre o processo de consolidação do uso e ocupação nesses assentamentos e a tentativa de superação das limitações de natureza urbanística se revelam no decorrer do contexto investigativo.

A priori, pretende-se contribuir, também, para o mapeamento, o diagnóstico dos efeitos, avanços, limitações, contradições e fragmentações a partir de um encontro entre as iniciativas sociais e as políticas públicas direcionadas às comunidades em territórios urbanos ou rurais ocupados na informalidade.

O artigo que se segue tem caráter preliminar, na medida em que revela resultados obtidos até o momento com estudos desenvolvidos em disciplinas curriculares, no âmbito do laboratório, pesquisas que ainda se encontram em fase de conclusão por ocasião da finalização do semestre letivo. O caráter preliminar não invalida a exposição parcial das experiências, uma vez que correspondem a fases já concluídas dentro dos procedimentos metodológicos estabelecidos, tendo as investigações sido consideradas satisfatórias até o presente momento, na perspectiva dos resultados esperados. Desse modo, é legítimo ressaltar que não há pretensão de encerramento das discussões, e sim, de prosseguimento e coleta de contribuições relevantes por ocasião do III UrbFavelas, edição 2018.



2. A SUB-NORMALIDADE IMPOSTA: DISFUNÇÕES NA LEGALIDADE

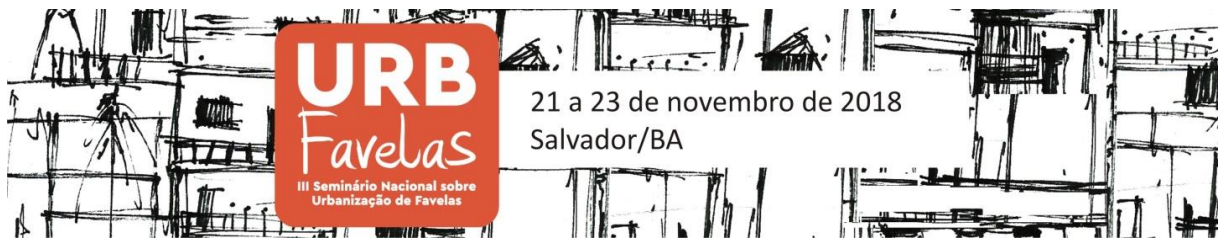
Em sua segunda edição, o II UrbFavelas reconheceu a dimensão do morar em ambiente de favela a partir da compreensão de que a urbanização e a regularização fundiária urbana não se consolidam somente a partir das ações do Estado, uma vez que a iniciativa individual e coletiva dos moradores de favelas e de assentamentos populares possuem papel decisivo. Esses cidadãos são sujeitos de direito, frente aos projetos a serem implementados, e não podem ser reduzidos à condição de clientela estandardizada, sem voz, sem oportunidade de participação efetiva na construção de cidades.

A favela é antes de tudo um assentamento de natureza sub-normal, que acomoda uma comunidade em estado de incompletude e precariedade; não se trata de um ente diferente ou alienígena dentro do contexto de cidade. Essa comunidade se constrói e se define a partir das imposições do ambiente onde se situa e das impossibilidades sócio-econômicas que se colocam como limitadores ao seu desenvolvimento.

Para Gustav Fischer (1994), a relação entre o ambiente e os comportamentos humanos desenvolve-se através de um processo contínuo e dinâmico em que os comportamentos sociais constituem-se em práticas determinadas pela natureza social do espaço onde se organizam as experiências individuais e coletivas. Esse sistema, segundo ele, define o que entendemos por ambiente. (DUAILIBE, 2011)

A origem do termo “favela” provém da Guerra de Canudos (CRUZ, 1941), do povoado de Canudos, que desafiou o governo federal e cujo assentamento existia próximo a um morro denominado Favela, nome de uma planta da região. Após a guerra em 1897, alguns desses revoltosos sobreviventes da guerra, retornaram à cidade do Rio de Janeiro e não receberam o soldo que lhes cabia, deixando a eles e suas famílias em situação de pobreza. Assim, as primeiras favelas no Brasil surgiram no final do século XIX, após o término da Guerra de Canudos (1896-1897), em terrenos cedidos pela Marinha a soldados que retornaram das missões militares.

Além das condições precárias em que os soldados se encontravam, ex-escravos que estavam em recente liberdade, a procura de melhores condições de vida e novas prospecções de moradia

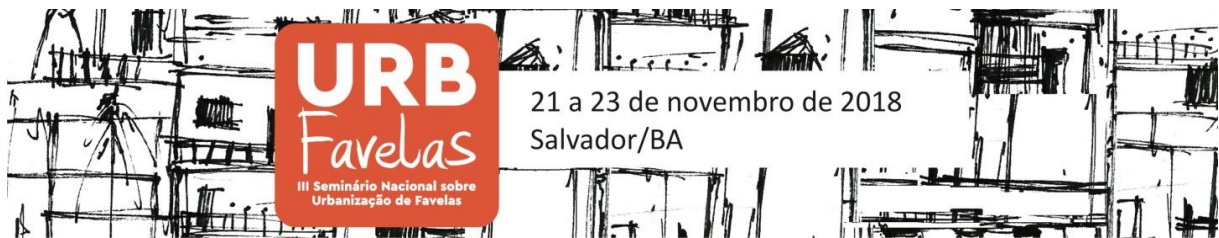


e/ou renda, aliaram-se ao exército local com o intuito de serem incluídos na proposta estatal de sanar os problemas habitacionais emergenciais. Esta ação acabou tornando-se mais um agravante, pois os espaços eram insuficientes para abarcar toda a população. Assim, as construções de barracos nas encostas foram iniciadas, sendo resultado dos investimentos de proprietários e comerciantes da região.

Nesse sistema, os proprietários cediam seus imóveis (térreos, sobrados, quintais e terrenos) a terceiros que investiam pequenas economias na construção de casinhas ou na subdivisão das existentes. Os proprietários pertenciam muitas vezes à nobreza, e os arrendatários eram pequenos comerciantes, geralmente portugueses, que produziam casinhas e exploravam também a venda ou a taverna anexa à estalagem. [...] Os aluguéis eram, em geral, exorbitantes e os rendimentos, fabulosos. Construir habitações coletivas tornou-se uma prática comum entre os proprietários e arrendatários de imóveis. (VAZ, 1994b p.56).

Nessas condições, existia a possibilidade de se atribuir caráter de guetificação aos territórios ocupados, considerando-se seu isolamento, desconexão e precariedade. À parte as condições, muitas vezes sub-humanas da vida em comunidades economicamente excluídas ou favelizadas, a condição de viver em um ambiente de natureza favelizada cristaliza um repertório de fazeres que se por um lado, é congruente com o cenário das políticas públicas em sua face de leniência e inércia frente à essas questões, por outro, materializa-se como uma resposta às imposições de mercado e impossibilidades sócio-econômicas. O fator localização normalmente ocupa posição de destaque no que seria uma opção pelo lugar de morar, não necessariamente, pelas condições do ambiente.

De algum modo, é preciso entender essa comunidade como componente do tecido urbano e, simultaneamente, como uma espécie de calosidade, forjada a partir da deformação do tecido como uma resposta a repetidos contatos, pressões e movimentos de natureza imaterial, posto que são sociais e econômicos. Do ponto de vista da configuração espacial, da dimensão material da sua inserção no território, percepções de massa e peso nas faixas de ocupação e nos impactos ambientais, a partir de sua presença ostensiva e expansiva (material) e de sua total desconexão do traçado parametrizado da cidade, bem como de toda a infraestrutura que a permeia.

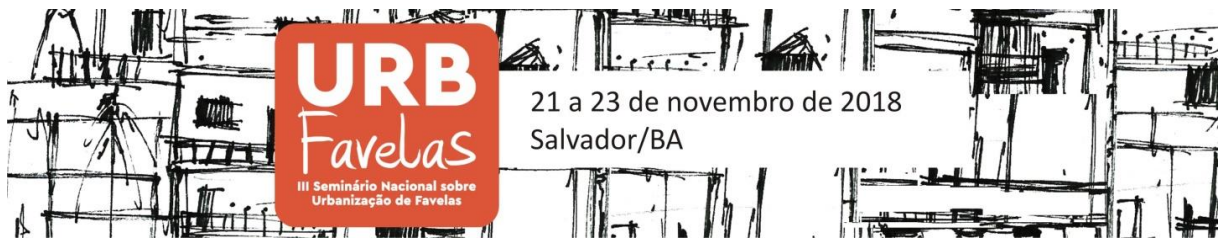


O fenômeno da dispersão resultante do processo de inserção de estruturas muradas (habitacionais ou comerciais) no tecido urbano, na medida em que para as áreas centrais acabam restando apenas funções compatíveis com o trabalho e com os espaços destinados ao tempo livre como teatros, salas de concerto e outros. Para os centros históricos restam os postos de trabalho do setor terciário e as reminiscências de moradias. Essas estruturas se espalham formando novos núcleos e faixas suburbanas, esticando os eixos de expansão da cidade, sem necessariamente concluir a malha urbana, deixando como problema os vazios urbanos e o descompasso na expansão das redes de serviços de infraestrutura.

O fenômeno da dispersão é resultante dessas experiências difusas e traz prejuízos significativos aos pontos de orientação que fundamentam as relações dos indivíduos com o território. Existe o perigo, nesse caso, de perda de interesse tanto pela memória do lugar, quanto pela conservação do patrimônio simbólico os quais referenciam o sentido de continuidade da história individual e coletiva nas cidades.

Os estudos sobre a distribuição das populações sobre os territórios urbanos são abordados por Gohn (2001), que afirma que “[...] participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo [...]”, delimitando a importância da participação da comunidade no processo de desenvolvimento dos projetos. Esse compartilhamento de demandas e experiências possibilita que uma sociedade em condição de marginalização se fortaleça como partícipe nos processos de produção da cidade, oferecendo certa autonomia para a mesma de construir, em conjunto com o Estado, proposições efetivas junto à memória da comunidade. A partir disso, é determinante que a conjuntura dos atores, juntos, promovem e atuam no ambiente citadino, encontrando espaço para o fortalecimento dos processos participativos como forma de inclusão social, tomando-os todos expressões relevantes da produção do espaço urbano em suas diferentes escalas.

Dessa forma, em algum ponto é preciso falar da inserção dessas comunidades não apenas do ponto de vista de seu traçado e da sua inclusão no desenho urbano, mas a sua inclusão no contexto de serviços e a possibilidade de participação efetiva nas atividades que compõem as dinâmicas urbanas. Essa inserção, junto a experiências construtivas, é lapidada pela comunidade como ambiente simbólico (SIGAUD, 1997), em que “[...] é aqui entendido como



forma de expressão de uma população que resulta numa imagem representativa de sua dinâmica [...] – com uma linguagem própria, híbrida, resultando em um espaço “saturado” de diversas referências.”

A comunidade em situação de favelização se constrói a partir dos mesmos elementos e paradigmas urbanos que a cercam, numa versão empobrecida, e de miserabilidade humana, na medida em que se consolidam num contexto de alojamento dos principais processos que fazem do ambiente citadino palco das decisões da civilização contemporânea. Não à toa, hordas migram, rumam para esses lugares, na esperança de integração aos modos de vida, na perspectiva de serem incluídas no mercado de trabalho e nos fluxos econômicos que a grande cidade movimenta.

3. LIMITES E OPORTUNIDADES PARA NOVOS MODELOS

O pensamento acerca da política voltada ao interesse social tratava-se de um projeto incluyente no que se refere às categorias que de fato e de direito, compõem o universo da garantia ao direito à moradia, um ideal sedimentado em princípios equitativos e equalizadores de índices sociais, que dentre outras coisas, culminaria com a composição de um tecido urbano mais compacto no que diz respeito ao acesso a equipamentos e serviços.

O projeto e sua performance deste constituem objeto fundamental para a construção da crítica que tem se processado nas investigações ora empreendidas no laboratório, na medida em que são coletados dados qualitativos entre os casos estudados, de forma que tem-se um universo quantitativo de moradias, padrões de densidade, espaços públicos e equipamentos urbanos (in)disponíveis, dentro de um certo raio de abrangência.

A busca pelo conceito do morar teve como ponto de partida o entendimento do lugar, do espaço, da relação invólucro/conteúdo que configura um todo que envolve e, ao mesmo tempo, é envolvido. Gradativamente, desenvolveu-se a ideia de compreender algo que é maior que o indivíduo a ponto de acolhê-lo: o significado de ambiente. O termo torna preciso o sentido de acolhimento atribuído ao objeto edificado, ao qual se confere um rol de sentidos e significações decorrentes da relação estabelecida entre o acolhido e o ambiente acolhedor. (DUAILIBE, 2011)



A presente discussão visa contribuir para o estabelecimento de um ponto de inflexão, capaz de definir uma mudança de direção na forma de promover a moradia a partir de um realinhamento de ideias e práticas, no que se refere à condição de morar, e, este artigo lança luz sobre o desenvolvimento teórico de conceitos e metodologias que permitam correlacionar o interesse social dentro dos ambientes residenciais, periféricos ou não, especificamente na favela, como forma de designar novas faces e representatividade. A origem e o desenvolvimento dos processos de favelização, reconhecidos como fenômenos de grande potencial marginalização, consolida-se, principalmente, nas perdas dos valores de uso e na forte presença de desequilíbrios e disfunções de diversas ordens. Tal fenômeno, infelizmente, tem sido percebido nos conjuntos formais, fomentados pelo poder público, assumindo parte das mazelas antes associadas apenas, à informalidade. O resgate dessa rede de funções, todas complementares à função da moradia, busca ressignificar ideias e conceitos que podem ser aplicados nestas áreas, de forma efetiva, empírica e coletiva, colocando em xeque novos olhares sobre a questão social na cidade.

4. CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS A PARTIR DE ESTUDOS DE CASO EM ASSENTAMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO LUÍS

O interesse social manifesto no território tende a provocar rupturas nos modelos de parametrização inerentes ao desenho urbano, gerando zonas de conflito que transcendem o local. As consequências desse conflito se impõem ao território na forma de dinâmicas urbanas, e a partir delas é possível compreender a dimensão das potencialidades e fragilidades dessas áreas. Com base nisso, pretende-se lançar um olhar mais acurado sobre essas áreas, que constituem-se em territórios limítrofes entre o planejado e o incorporado, o idealizado e o possível, o legal e o ilegal, e tantas outras situações, em alguns casos, de naturezas paradoxais.

Na oportunidade do presente artigo, propõe-se uma reflexão de âmbito acadêmico, que toma por base estudos de caso no contexto de conjuntos de moradias estabelecidos em duas zonas urbanas de São Luís, Maranhão. Até então, grande parte da discussão acerca da moradia social de baixa-renda se assentava em aspectos compositivos, quer fossem arquitetônicos ou urbanísticos, que se vinculavam ao universo dicotômico do legal e do ilegal, do direito à



ocupação de propriedades, do déficit e do desperdício, e outros; certamente, questões ainda válidas e pertinentes.

No entanto, nessa oportunidade, decidiu-se estabelecer um recorte especificamente nas faixas territoriais em que os interesses se encontram e colidem entre si, ao invés de se complementarem. Por essa razão, a discussão aqui proposta, avança seus objetivos no sentido de delimitar e compreender a precariedade característica dessas áreas, uma situação que perpassa pelo desequilíbrio na oferta de equipamentos sociais urbanos nesses conjuntos de moradias e pela discussão acerca da interpretação das demandas locais.

Percebe-se que a delimitação das áreas urbanas e rurais, com ênfase no papel do espaço comum e no entendimento das demandas da sociedade que se vincula a esses ambientes, está atrelada à ideia de se poder estabelecer um ponto de equilíbrio para a qualidade de vida e o bem-estar coletivo, de forma equitativa e inclusiva. Tais modelos vão muito além da simples reprodução de padrões de moradia, que consolidam-se em massa como ideais de parametrizações, porém, estabelecem-se distantes das grandes centralidades e com crescentes demandas por intervenções de infraestrutura de base.

As figuras a seguir, exibem um exemplo de contexto de implantação de modelos atuais de moradias de baixa-renda, inseridos no contexto do Programa Minha Casa Minha Vida. O impacto dessa massa edificada, alheia ao traçado urbano do município sobre o qual se assenta, não se conecta à cidade e deixa enormes vácuos de usos entre o espaço edificado para moradias e as demais funções que se conectam a elas. Instalam-se zonas cinzas, sem plano de ocupação claro, ficando sujeitas a servirem de corredores de passagem, espaços em que apenas as atividades associadas a esse trânsito de veículos implantam-se de forma desordenada.



Fig. 01: Conjunto Habitacional da Ribeira, no Distrito Industrial de São Luís. Programa Minha Casa Minha Vida.



Fonte: Oficina QUAPA SEL-PÁ 2017.

Fig. 02: Conjunto Habitacional Luís Bacelar, Gapara. Programa Minha Casa Minha Vida.



Fonte: Oficina QUAPA SEL-PÁ 2017.

De um modo geral, as bases sobre as quais se assentaram as políticas voltadas à habitação nos últimos quinze anos, pulverizou pelo país um modelo (que é uma confusão do ponto de vista



conceitual), que restabeleceu uma conexão com a ideia de moradia social numa versão arquitetônica datada nos anos 70, revisitada e multiplicada à casa dos milhares, unicamente direcionada ao padrão baixa-renda.

O equívoco conceitual, amplamente publicado, vem trazendo sérios prejuízos na medida em que fere de maneira fatal conceitos basilares, que motivaram a elaboração de um programa de fomento à moradia, de interesse da sociedade, e não, socialista (na sua definição político-filosófica). Como resultado, tem-se um conjunto de leis e normas que buscavam não apenas reger (parametrizar produtos), mas estabelecer critérios equitativos nas condições de oferta dessa moradia, para uma sociedade plena, com ênfase na baixa-renda, deformado a ponto de gerar grandes fortificações de condomínios perfil baixa-renda encravados em terrenos afastados das centralidades, munidos de infraestrutura incompleta e desconectados dos centros de produção que ainda subsistem.

Fig. 03: Bairro do Anjo da Guarda, com grande densidade demográfica. Área periférica localizada a oeste da região metropolitana de São Luís, resultante de ocupação irregular.



Fonte: Oficina QUAPA SEL-PÁ 2017.

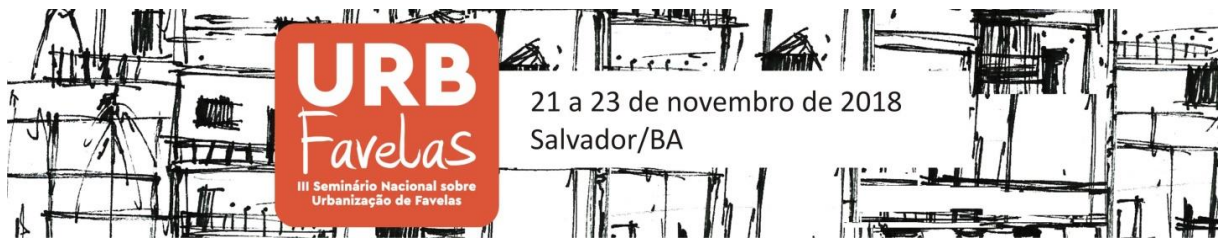


Fig. 04: Bairro do João Paulo, localizado na região central da zona metropolitana de São Luís. Sua ocupação foi resultado da expansão horizontal ludovicense, possuindo traçado orgânico e problemáticas relacionadas à infraestrutura e saneamento, tais quais as favelas.

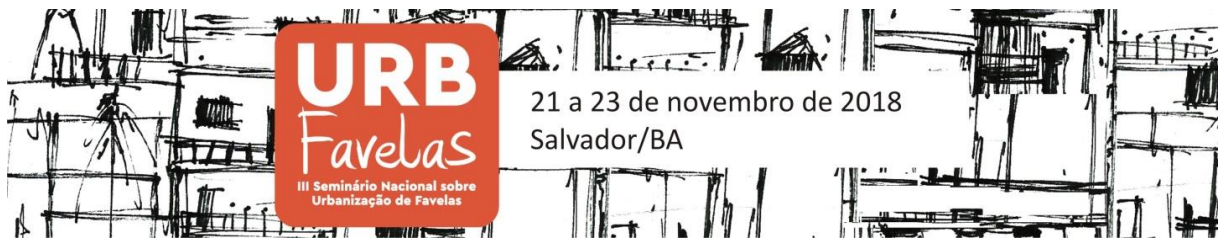


Fonte: Oficina QUAPA SEL-PÁ 2017.

5. FAVELAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS PERIFÉRICOS: O INTERESSE SOCIAL PRESENTE EM RECORTES DE ESTUDO:

Na figura de uma calosidade, tem-se um componente de mesma matéria, no entanto, disforme. Afinal, quem quer ter um calo? E se assim esse segmento de tecido é tratado, como esperar que se tenha uma cidade possível, sustentável e equitativa na oferta de equipamentos? O dilema dessa composição nos conduz ao ponto de partida da discussão, em que busca-se estabelecer um recorte nas áreas comuns, áreas públicas que se fundamentam em princípio de conexão.

De fato, é preciso refletir a respeito da utilidade desses espaços em tempos em que o divertimento, o lazer e as atividades lúdicas têm sido sistematicamente apropriadas por ambientes de natureza imaterial, virtual. A concentração de lazer em ambientes controlados (a exemplo de shopping centers, condomínios clube e outros) e também, de telas touchscreen têm contribuído para a obsolência das vivências em ambientes públicos. São ambientes que se



multiplicam e são absorvidos pelo mercado em diferentes versões, conforme a disponibilidade financeira do público comprador.

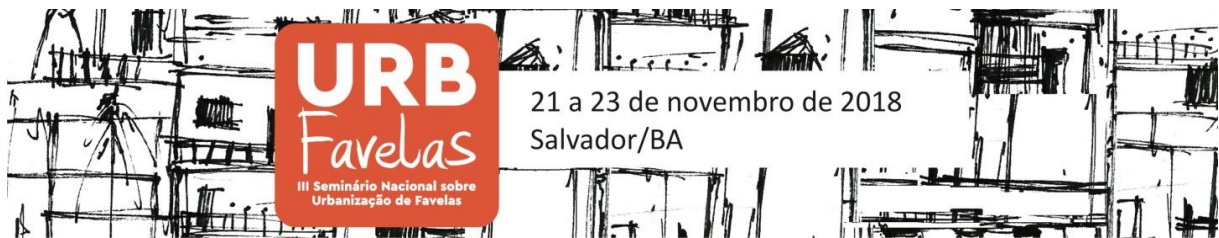
Segundo Sigaud (1997), dentro das favelas há uma caracterização da relação entre a habitação e o espaço comum, onde eles comunicam-se de várias maneiras excluindo a necessidade de impor áreas limítrofes para os mesmos, desenvolvendo assim o senso de comunidade e a valorização deste último.

“A concepção da casa, por exemplo, deve estar adaptada ao espaço restrito que lhe é destinado, sendo essencial que cada lugar possa permitir vários usos. Seus limites, então, não são obrigatoriamente fixos e a configuração dos espaços internos à casa e de seu entorno não são contraditórios, e devem permitir ampliações e transformações com o máximo de liberdade, característica fundamental que distingue a favela dos outros espaços da cidade. O que se percebe nas favelas é que os espaços comuns propiciam uma ligação íntima com a casa. Isto quer dizer que os espaços comuns coexistem com os espaços privados, sem que se tenha, para tanto, um avanço inoportuno sobre os princípios comunitários.” (SIGAUD, 1997, pg. 02.)

Logo, pensar as áreas livres e verdes como espaços vivenciais, ambientes inclusivos, é fazer deles polos atrativos, conectores e ambientes de convergência comunitária, funcionando como possíveis desembargadores de nós causados pelos desencontros formais, ou pela impossibilidade de alinhamento entre o traçado parametrizado e ordenado com o não-traçado dos assentamentos informais, que se consolidam como vizinhos imediatos. Mas em que medida o caráter disforme os desabilita à inclusão?

Nessa mesma discussão, é preciso incluir também, os exemplos de traçados formais incompletos e áreas vazias, embora munidas de uso formal. São casos de áreas originalmente destinadas às funções de lazer e de convivência que não são concluídas, obrigando a população a conviver com enormes vazios urbanos, espaços inúteis. Assim, é possível afirmar que mesmo a incompletude pode condenar uma área formalmente planejada a um gradativo processo de marginalização, caso não se tenha um sentido de comunidade fortalecido naquela sociedade.

Nesse sentido, toma-se por base dois estudos em andamento no âmbito do LABHAB+INOVAÇÃO, situado no núcleo germinal do município de Paço do Lumiar e em



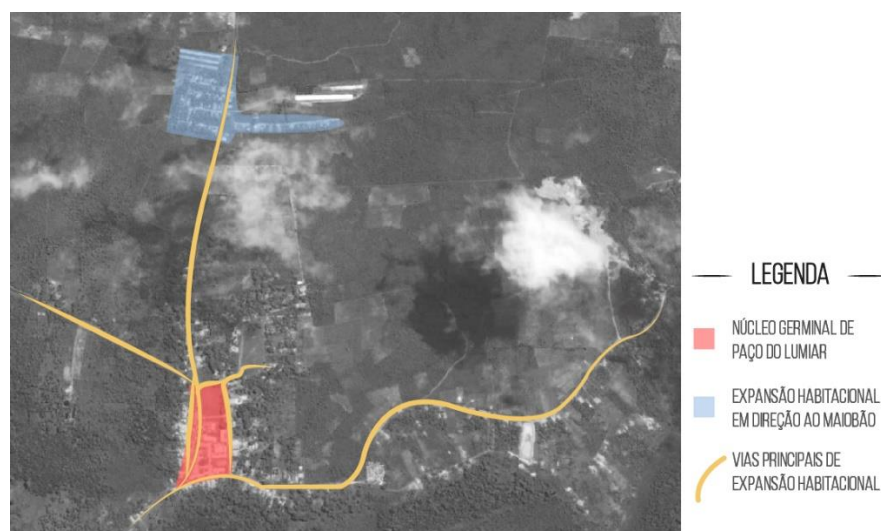
uma área de preservação ambiental, localizada no Bairro Maiobão, em Paço do Lumiar, respectivamente.

5.1 DISPERSÃO POPULACIONAL A PARTIR DO NÚCLEO GERMINAL DE PAÇO DO LUMIAR, MARANHÃO:

Observa-se no primeiro recorte de estudo, que se trata de uma sede municipal esvaziada de usos e cercada por conjuntos habitacionais de formato MCMV, todos distantes da sede e desconectados da malha urbana. É possível diagnosticar que, além da desconexão com a capital ludovicense, há uma marginalização do próprio núcleo central do município, tornando o mesmo como espaço carente de infraestrutura e serviços para a população.

As imagens a seguir revelam um contexto de implantação de moradias de baixa-renda condizente com as situações elencadas nos capítulos anteriores, tendo em vista que o fator desconexão determina um rol de dinâmicas que não garantem a vitalidade urbana para a região. As funções complementares à moradia encontram-se distantes desses pólos, e o modelo se consolida a partir dessas dispersões. O contexto vivencial é também, disperso e dificulta a interação da população com o ambiente citadino.

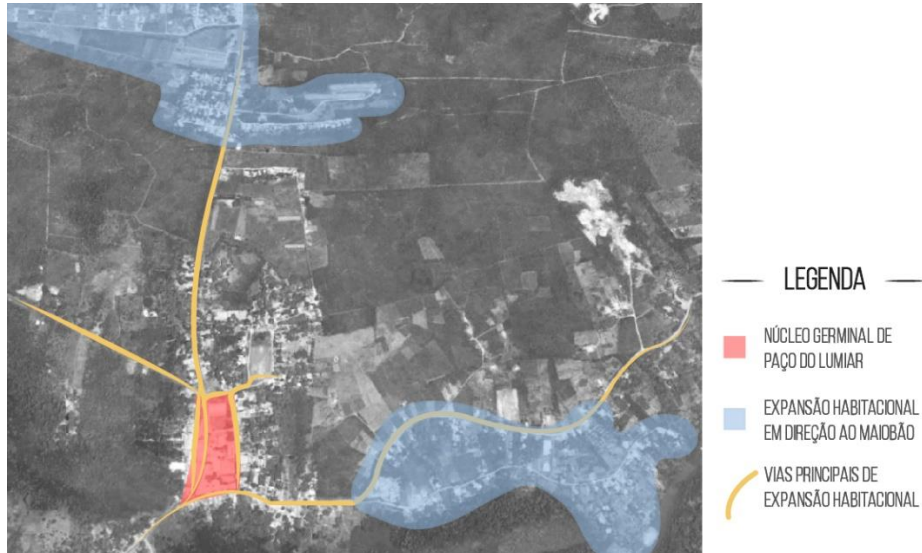
Fig. 05: Comparativo do núcleo germinal do município de Paço do Lumiar, na região metropolitana de São Luís. É possível observar o início da dispersão populacional em 2004.



Fonte: Google Earth com alterações dos autores, 2018.

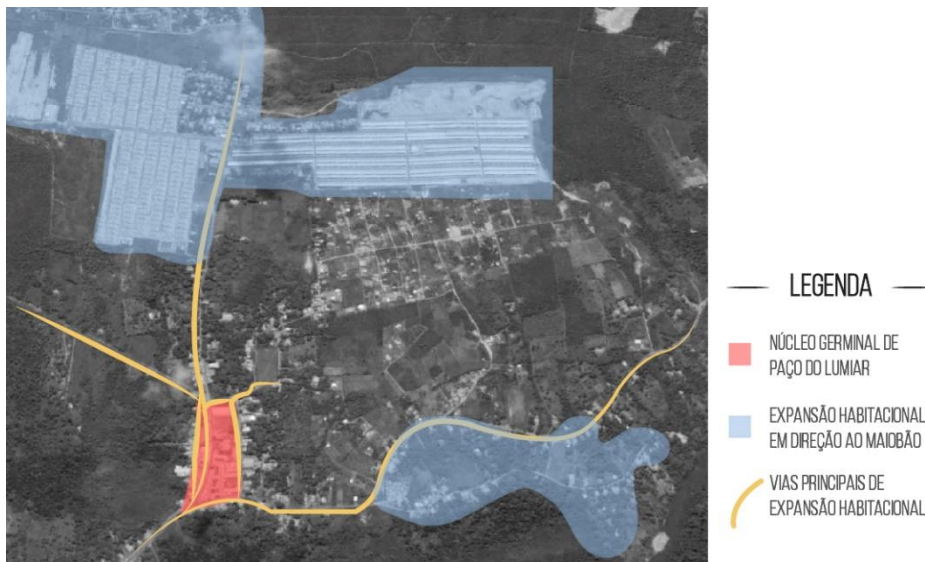


Fig. 06: É possível identificar uma dispersão habitacional maior, com o surgimento dos primeiros conjuntos habitacionais MCMV próximos ao núcleo em 2010.



Fonte: Google Earth com alterações dos autores, 2018.

Fig. 07: Por fim, a consolidação dos conjuntos habitacionais MCMV é notável, determinando assim a exclusão do núcleo germinal. Imagem de 2017.



Fonte: Google Earth com alterações dos autores, 2018.

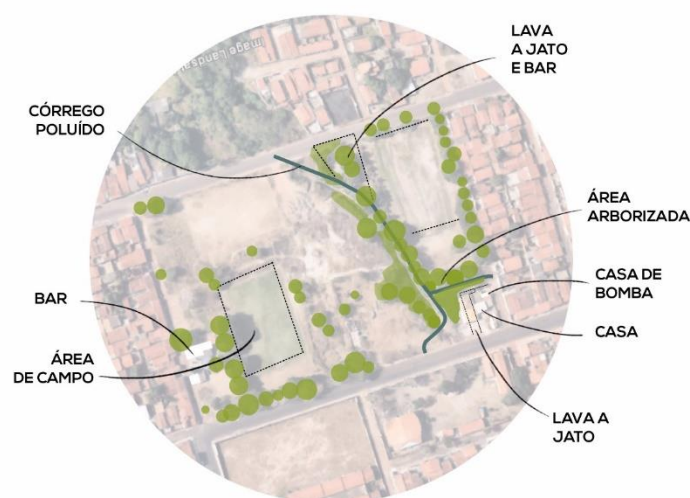


5.2 ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL COMO PONTO DE RECONEXÃO DE RECORTE DE ESTUDO FRAGILIZADO:

Referenciando o segundo recorte de estudo, trata-se de uma área de proteção ambiental delimitada em lei de zoneamento, chamada Pró-Verde, localizada no bairro Maiobão, em Paço do Lumiar. Os desafios inseridos neste espaço em questão é a funcionalidade desta área em prol da comunidade, já que a mesma participa ativamente da preservação local com investimentos locais.

As potencialidades do ambiente citadino reforçam o conceito da relação do espaço privado e o espaço comum, tão presente no cotidiano das favelas, em que a comunidade sente-se pertencente ao local. Campos de futebol improvisados, alguns estabelecimentos comerciais, área arborizada e contato direto da quadrícula com as residências em volta colocou com voga a necessidade de análises, diagnóstico e elaboração de matrizes temáticas desta área pelo LABHAB+INOVAÇÃO. O objetivo é a união da funcionalidade atuante com proposições futuras que possam intensificar o uso desta área pela comunidade, sem o detrimento das características naturais do ambiente e adequação formal à lei de zoneamento.

Fig. 08: Matriz temática para identificação de equipamentos e características atuais do recorte em estudo para construção de diagnóstico.



Fonte: Google Earth com adaptações dos autores. Acervo LABHAB, 2018.

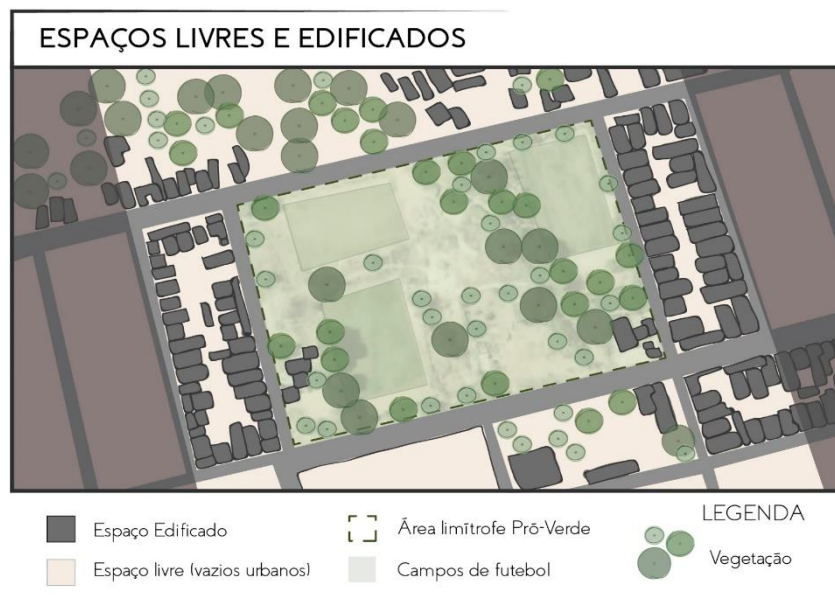


Fig. 09: Matriz temática de reconhecimento do espaço e das quadrículas situadas nas adjacências do recorte, em que se pode delimitar as conexões territoriais interbairros.



Fonte: Google Earth com adaptações dos autores. Acervo LABHAB, 2018.

Fig. 10: Croqui do espaço Pró-Verde, para maior entendimento da relação dos espaços edificados e vazios situados em volta, além do uso pela comunidade.



Fonte: Google Earth com adaptações dos autores. Acervo LABHAB, 2018.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações elaboradas no âmbito do Laboratório da Habitação + Inovação apresentadas neste artigo encontram-se em desenvolvimento, uma vez que os assuntos estão em discussão e em fase de construção das recomendações preliminares. Em contrapartida, é possível elencar semelhanças pertinentes com os temas abordados durante o desenvolvimento desta análise - o processo de urbanização dos assentamentos urbanos e as estratégias de superação de recorrentes limitações em que estas venham a se apresentar, está em constante mutação. A cidade, analisada como unidade biológica e categorizada como organismo, possui seu desenvolvimento orgânico e é suscetível a modificações sociais, econômicas e políticas de acordo com cada período vigente.

A favela e as áreas periféricas presentes nos ambientes urbanos não podem mais ser consideradas forças à parte da cidade, e sim como vetores de sub-normalidade que sugerem o desenvolvimento de propostas válidas para uma estruturação urbana de qualidade, equitativa e inclusiva, desconstruindo a desconexão existente entre a cidade legal e cidade ilegal. A partir disso, a investigação de micro espaços e proposições para os mesmos torna-se relevante para o melhor entendimento do impacto dos espaços comuns na comunidade, na vitalidade urbana e no sentido do habitar, possuindo reflexos nos macro espaços e construindo o senso de pertencimento urbano na população menos favorecida.

Com relação à análise do primeiro objeto de estudo, o núcleo germinal de Paço do Lumiar, ressalta-se a relevância do mesmo, uma vez que trata o núcleo de um município de natureza histórica relevante para o contexto metropolitano e estadual, e que como outros, entrou em processo de abandono no que tange seus usos, com uma maciça migração do núcleo original para outros bairros vizinhos, onde se tem uma condição de economia mais ativa, e oportunamente uma movimentação e vitalidade maior.

Na atual fase do processo, fica nítida a necessidade de promover essas (re)conexões, seja para promover a reconexão de um núcleo germinal com as demais áreas adjacentes, e que são economicamente ativas, seja para fomentar uma integração entre essas diferentes áreas, que hoje estão ativas e pulverizadas territorialmente, com um planejamento que articule a plena



mobilidade das pessoas no território e que anule a marginalidade imposta atualmente nesta área. Abordagens multidisciplinares podem reposicionar a gestão desse crescimento que exclui o núcleo germinal. Tais abordagens permitirão englobar o município, que é relativamente pequeno, mas estratégico para o contexto metropolitano no estado do Maranhão.

Quanto ao segundo objeto de estudo, o Pró-Verde possui grandes potencialidades para desenvolver vitalidade urbana no recorte de estudo. Com a delimitação de área de proteção ambiental, é cabível o desenvolvimento de proposições que estejam dentro das normas protetivas, mas que envolvam os pontos positivos presentes, como o esporte e a reconhecimento do córrego que atravessa a região, como uma espécie de símbolo que caracteriza o lugar, caso as medidas adotadas favoreçam sua recuperação.

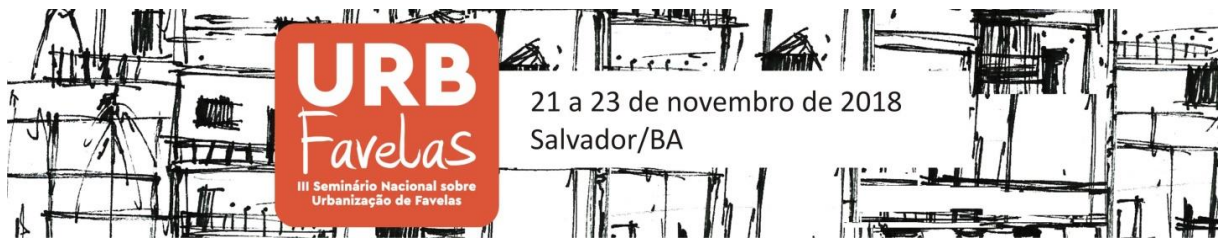
Trata-se de uma área fragilizada, mas com o método participativo aliado à gestão política, é possível determinar recomendações e futuros projetos que priorizem o senso de comunidade local, ressaltando a importância da memória e simbolismo social do ambiente construído.

O entendimento da força dos agentes incidentes justifica tanto a abordagem estruturalista como a adoção do método de construção do conhecimento a partir da compreensão da realidade. Os mecanismos estratégicos adotados se complementam e sua aplicabilidade, guardadas as especificidades de cada objeto de estudo, tem demonstrado resultados bastante interessantes quando avaliados em conjunto.

Trata-se de procedimentos ainda em evolução, e que portanto, ainda se encontram em aprimoramento nos contextos de sala de aula e de ateliê de projeto, uma vez que mira compreender cada vez mais as dinâmicas e suas performances.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUAILIBE, Andrea Cristina Soares Cordeiro. **Avaliação em Habitação de Interesse Social em Centro Histórico de São Luís/ MA: estudo da relação biunívoca entre o morador e a moradia.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



DUARTE, Cristiane Rose. et al (Org.). **O lugar do projeto: no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo.** Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2007.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** São Paulo: Cortez, 2001.

LASSANCE, Guilherme Carlos. **O projeto como argumento: consequências para o ensino e para a pesquisa em arquitetura.** In: PROJETAR 2005: RELATO DO SEGUNDO SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO E PESQUISA EM PROJETO DE ARQUITETURA. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROARQ/FAU-UFRJ

NEUSTADT, Monica Nunes. **A Favela como Lugar: A representação da comunidade no curta Acende a Luz.**

RANGA, Natalia Taroda. **Implantação de conjuntos habitacionais: As lições da produção dos institutos de aposentadoria e pensões.** Dissertação de Mestrado para Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2015. Disponível em: repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/257898/1/Ranga_NataliaTaroda_M.pdf

SIGAUD, Márcia Frota. **Cidade: Memória Versus Esquecimento.** Artigo publicado, 1997. Disponível em: < www.e-publicacoes.uerj.br >

SUASSUNA, Marco. **Um novo desenho urbano pode melhorar a qualidade de vida nos conjuntos habitacionais?** Archdaily, 30 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/887973/um-novo-desenho-urbano-pode-melhorar-a-qualidade-de-vida-nos-conjuntos-habitacionais?>>. Acessado em 30 de junho de 2018.

VIGLIECCA, Héctor. **A diferença entre o ocupar e o habitar.** Archdaily Brasil, 20 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/885845/a-diferenca-entre-o-ocupar-e-o-habitar>>. Acessado em 30 de junho de 2018.